



Data: 19.09.2020

Título: Covid deixa 5000 estudantes sem alojamento

Pub: **Expresso** **ECONOMIA**



Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Economia

Pág: 1;18;19

Covid deixa 5000 estudantes sem alojamento

A oferta de residências públicas já era insuficiente para o número de alunos deslocados — perto de 114 mil, equivalente a 42% do total de estudantes —, mas a pandemia impôs um corte de um terço no alojamento estatal. Passou de 15.370 em 2019 para menos de 10 mil. **€18**

Área: 1603cm² / 41%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6945778

Pressão Com 42% de estudantes deslocados, o mercado residencial é a solução para a maioria dos alunos. Mas os preços dos quartos não descem

Covid corta um terço das vagas nas residências universitárias



A oferta das residências universitárias não deverá ultrapassar as 10 mil vagas este ano FOTO RUI DUARTE SILVA

ANDRÉ RITO

Com o ano letivo no ensino superior prestes a arrancar, muitos dos estudantes estão já à procura de quarto no mercado residencial. Se a oferta de residências públicas já era insuficiente para o número de alunos deslocados — perto de 114 mil, equivalente a 42% do total de estudantes —, este ano a pandemia e as medidas de distanciamento social impuseram um corte de um terço no alojamento estatal. Trata-se de uma redução substancial: das 15.370 camas disponíveis em 2019, este ano o número da oferta não deverá ultrapassar as 10 mil vagas.

“Muitas das residências têm quartos triplos ou duplos, e essas serão as mais afetadas pelas medidas de distanciamento social”, explica ao Expresso o presidente da Associação Académica da Universidade de Lisboa (AAUL), Bernardo Rodrigues. As normas da Direção-Geral da Saúde são claras no que respeita ao distanciamento lateral entre camas — de dois metros —, sendo os beliches totalmente desaconselhados.

Subsídio de 170 euros é insuficiente

Aos bolsеiros sem lugar nas residências será atribuído um complemento de alojamento no valor de 170 euros, mas este subsídio dificilmente chegará para arrendar um quarto numa das principais cidades universitárias do país.

Num questionário realizado em março deste ano pela AAUL, uma das principais conclusões apontava para a dificuldade de os estudantes sustentarem as despesas de habitação. “Existem muitos

alunos deslocados que não conseguem um alojamento em condições, não têm capacidade financeira. É muito difícil acompanhar rendas de um T1 a 500 ou 600 euros, a que se juntam outras despesas. Só a casa tem, muitas vezes, um custo superior ao ordenado mínimo nacional”, diz Bernardo Rodrigues, referindo-se aos alunos colocados em Lisboa, cujo mercado imobiliário é o mais caro do país.

Aliás, Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Aveiro são as cinco cidades com maior número de estudantes, concentrando 65% do total de alunos do ensino superior. São, simultaneamente, das cidades com maior procura turística e uma crescente especulação imobiliária.

“O problema do alojamento estudantil é uma consequência do problema que existe na habitação em Portugal. Estamos perante duas questões: residências insuficientes e os preços praticados no mercado de arrendamento”, refere Bernardo Rodrigues.

Um estudo da consultora JLL revela que as cinco cidades concentram um total de 242.500 alunos, num universo de 372.800. “Este ano tivemos um recorde de alunos inscritos nas faculdades. Muitos destes estudantes vão procurar casa no mercado residencial, que teve uma quebra na procura durante o confinamento mas começou a dar sinais de retoma logo em maio. Os preços, em geral, não são baratos. Um quarto custa, no mínimo, 200 euros, com poucas condições e uma localização que implica utilizar vários transportes”, explica Maria Empis, diretora de estratégia, consultoria e pesquisa da JLL.

Apesar da pandemia e da crise económica, o mercado residencial tem-se mostrado

resiliente, em particular no que respeita à compra e venda. Já no arrendamento, Lisboa registou uma quebra de 6,9% no segundo trimestre deste ano.

De acordo com dados da Confidencial Imobiliário, foi a descida em cadeia mais acentuada desde 2010. “Em termos homólogos, só uma vez, no 4º trimestre de 2012, em pleno ciclo recessivo do mercado, se observou uma descida mais vincada, então de -9,1%. Recorde-se que no 1º trimestre de 2020 Lisboa registou a primeira descida homóloga das rendas em seis anos (-1,8%)”, refere o Índice de Rendas Residenciais da consultora.

Ainda assim, não obstante as variações negativas em cadeia, as rendas continuam 2,4% acima do mesmo período de 2019. No Porto, por exemplo, o valor manteve-se estável durante o segundo trimestre deste ano, em plena pandemia, tendo mesmo aumentado 0,4%. Em termos homólogos, a variação é mais expressiva: uma subida de 6,5% face ao mesmo período de 2019.

Alojamento local não ajuda

“Os preços do arrendamento têm-se mantido. Muitos colegas esperavam que alguns operadores turísticos com casas em regime de alojamento local pudessem colocar os seus imóveis no mercado de arrendamento, mas não é isso que se tem verificado”, esclarece ao Expresso o presidente da Federação Académica do Porto, Marcos Alves Teixeira.

Segundo um estudo realizado este ano para medir as consequências da pandemia, a Federação conclui que 63% dos alunos da Universidade do Porto têm dificuldades em pagar um quarto ou apartamento partilhado. Os dados reve-



lam ainda que 50% dos seus agregados familiares tiveram perdas de rendimento em consequência da pandemia.

Para as famílias de menos recursos, procurar casa no Porto pode não ser viável. “Ficando numa zona mais central, não há TO a menos de 500 euros. Um jovem estagiário que ganha 750 euros não consegue pagar rendas destes valores. O mercado continua a ser de difícil acesso. Se formos para a Maia, Matosinhos ou Vila Nova de Gaia, poderá ser mais barato”, diz Marcos Alves Teixeira, antevendo um cenário de desistência para alguns estudantes mais carenciados. “O desemprego vai aumentar neste último trimestre. Temo que alguns pais deixem de ter dinheiro para os filhos estudarem. Mesmo durante o confinamento, houve muita gente sem computador, famílias mais frágeis cujas dificuldades podem ditar o fim dos estudos.”

Este ano, o Governo estabeleceu valores máximos de preços mensais de alojamento para estudantes que não sejam bolseiros a praticar nos imóveis integrados no Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado. A medida faz parte do Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES), cujo objetivo é dar uma “resposta integrada e de longo prazo” às necessidades de alojamento dos estudantes em todo o território nacional. Vários imóveis foram identificados para serem reabilitados ou reconstruídos como residência universitária, cujos valores serão suaves para os estudantes. Braga, Coimbra, Setúbal e Viana do Castelo, por exemplo, têm um teto de

O PROBLEMA DO ALOJAMENTO

ESTUDANTIL RESULTA DO QUE SE PASSA NA HABITAÇÃO. AS RESIDÊNCIAS SÃO INSUFICIENTES E O PREÇO DAS RENDAS É ALTO LISBOA, PORTO, COIMBRA, BRAGA E AVEIRO TÊM 65% DOS ALUNOS. SÃO TAMBÉM CIDADES COM MAIOR PROCURA TURÍSTICA E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

125 euros. No valor intermédio, de 154 euros, estão concebidos como Faro, Seixal e Vila Nova de Gaia. Lisboa, Cascais e Oeiras têm o teto máximo: 231 euros.

Parcerias insuficientes para aumentar vagas

Mas num ano em que o número de vagas e candidatos aumentou, a pandemia acabou por congelar muitos dos projetos do PNAES, previstos para serem executados num horizonte de 10 anos. “Há parcerias que estão a ser feitas, mas são insuficientes face à procura. Antes de o Plano Nacional ser lançado já era uma necessidade, neste momento ainda mais.”

A opinião é partilhada por

Marcos Teixeira, um dos vários líderes associativos que tinha reunião marcada para a passada quarta-feira, dia 16, com o secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Sobrinho Teixeira. “Foi adiada. Um dos temas que vamos debater será precisamente o alojamento. Não tem havido evolução do número de camas, mantém-se praticamente inalterado desde que foi instituído o PNAES”, revela. Atualmente, o Porto tem 10 residências, equivalente a 1500 camas, para 23 mil estudantes deslocados. Resta saber se a estatística da Federação Académica do Porto se confirma: 11% dos alunos ponderam interromper os estudos.

economia@expresso.imprensa.pt

CONTEXTO

RENDAS

Um dos programas que abrange o alojamento universitário é o Arrendamento Acessível. Estudantes deslocados, até aos 25 anos e residência fiscal a mais de 50 quilómetros do estabelecimento de ensino poderão deduzir até €300 por ano no valor da renda, em termos fiscais.

APARTAMENTOS

De acordo com o Centro de Estudos da Federação Académica do Porto, um apartamento com duas assoalhadas no Porto pode custar em média €588. Em Braga, o valor desce para €575, enquanto em Coimbra se fica pelos €546. Lisboa surge com o preço mais elevado: €648.

BRASIL

Esta é a nacionalidade da grande maioria dos estrangeiros que procuram



Portugal para estudar: 16.821 no passado ano letivo. Seguem-se Angola (3981), Espanha (3607) e Itália (2995).

NÚMEROS

€73

é o preço de uma cama numa residência universitária, fixado para estudantes bolseiros. Sem lugar na residência, os apoios máximos chegam aos €174

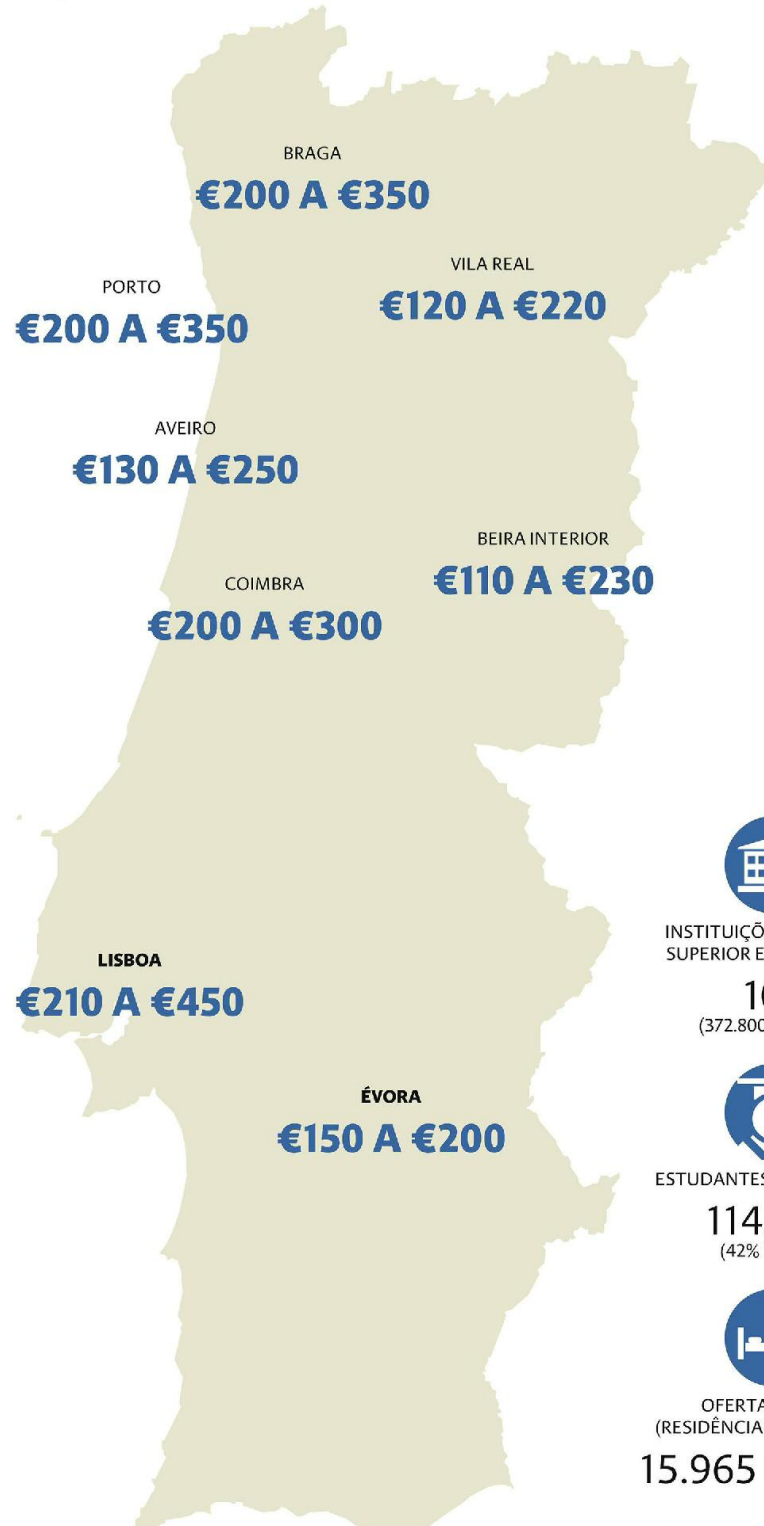
63%

dos estudantes deslocados a estudar na Universidade do Porto afirmaram ter dificuldades em suportar a despesa do alojamento. Os restantes 37% mantiveram o seu alojamento para garantir casa no ano letivo 2020/21

30%

é a quebra no número de estudantes internacionais estimada pela Universidade de Lisboa. Em termos globais, as universidades portuguesas recebem anualmente perto de 50 mil estudantes estrangeiros

PREÇOS MÍNIMOS E MÁXIMOS POR QUARTO NO MERCADO RESIDENCIAL



INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

108
(372.800 ALUNOS)



ESTUDANTES DESLOCADOS

114.000
(42% TOTAL)



OFERTA PÚBLICA (RESIDÊNCIAS ESTUDANTIS)

15.965 CAMAS

FONTE: ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE LISBOA E O CENTRO DE ESTUDOS DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO